

**PERSPECTIVA DISCENTE SOBRE OS IMPACTOS DA MORADIA ESTUDANTIL  
PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

DISCENT PERSPECTIVE ON THE IMPACTS OF STUDENT HOUSING ON THE  
STUDENTS' PERMANENCE AT THE UNIVERSITY

PERSPECTIVA DISCENTENTE SOBRE LOS IMPACTOS DE LA VIVIENDA  
ESTUDIANTIL PARA LA PERMANENCIA EN LA UNIVERSIDAD

Marília do Amparo Alves Gomes<sup>1</sup> 0000-0002-2321-3813

Ennia Débora Passos Braga Pires<sup>2</sup> 0000-0003-3924-4996

Soane Santos Silva<sup>3</sup> 0000-0003-3807-1798

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista - Bahia – Brasil;  
mariliaamparo@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista - Bahia – Brasil;  
enniadebora@uesb.edu.br

<sup>3</sup>Secretaria Municipal de Educação – Itapetinga – Bahia – Brasil; soanesilva@hotmail.com

**RESUMO:**

O artigo tem como objetivo analisar os impactos da Moradia Estudantil na permanência de estudantes no Ensino Superior, a partir da perspectiva dos próprios residentes. Para isto, a unidade de análise corresponde à Residência Universitária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista-BA, sendo entrevistados 09 (nove) estudantes residentes na Moradia Estudantil. Utilizou-se metodologicamente a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os achados evidenciam impactos positivos e negativos da Moradia Estudantil relacionados à permanência de estudantes. Para os participantes da pesquisa, a Moradia Estudantil configura-se como um alicerce relevante para a permanência na graduação. Além disso, estes compreendem a Assistência Estudantil como atendimento às necessidades básicas, mas com a necessidade de melhorias e maior investimento em infraestrutura e ampliação dos espaços de decisão para participação estudantil.

**Palavras-chave:** moradia estudantil; permanência; ensino superior.

**ABSTRACT:**

This article aims to analyze the impacts of Student Housing on the permanence of students in higher education, from the perspective of the residents themselves. For this, the unit of analysis is the university residence of the State University of Southwest Bahia (UESB), campus of Vitória da Conquista, Bahia, 09 (nine) resident students were interviewed. Bibliographic, documentary and field research were used methodologically. The findings showed positive and negative impacts of the student housing on the permanence of students. For the research participants, student housing is a relevant base for their permanence at the university, furthermore, they understand the student assistance as a basic-need attendance, with the need of improvement and greater investment in infrastructure and expansion of decision places for the students' participation.

**Keywords:** student housing; permanence; higher education.

## RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar los impactos de la vivienda estudiantil en la permanencia de los estudiantes en la educación superior desde la perspectiva de los propios residentes. Para ello, la unidad de análisis corresponde a la Residencia Universitaria de la Universidad Estatal del Sudoeste de Bahía (UESB), campus de Vitória da Conquista-BA, siendo entrevistados 09 (nueve) estudiantes que residen en alojamiento estudiantil. La investigación bibliográfica, documental y de campo se utilizó metodológicamente. Los resultados muestran los impactos positivos y negativos de la vivienda estudiantil en la permanencia de los estudiantes. Para los participantes de la investigación, la residencia estudiantil es una base relevante para la permanencia en el pregrado, además entienden que la asistencia al estudiante cumple con las necesidades básicas, pero existe la necesidad de mejoras y una mayor inversión en infraestructura y expansión de espacios de decisión para la participación estudiantil.

**Palabras clave:** alojamiento estudiantil; permanencia; educación superior.

## Introdução

A Assistência Estudantil tem como finalidade promover o acesso e a permanência de jovens das classes populares à Universidade. Contudo, como uma política pública no contexto do capitalismo, é forjada nas contradições, haja vista que, por um lado, atende parcialmente as reivindicações de estudantes oriundos de famílias pertencentes à classe trabalhadora; por outro lado, trata-se de uma política focalizada com aspectos minimalistas, ou seja, não tem a pretensão de alcançar a universalização nas questões de permanência, nem mesmo romper com as históricas desigualdades na Educação Superior.

No campo da educação, debates intensos têm sido suscitados sobre a viabilidade das políticas de permanência estudiantil. Historicamente as camadas populares compostas por aqueles excluídos da socialização da riqueza foram silenciadas, o que nos fez perceber a necessidade de dar voz aos participantes deste estudo. Por isso, em nossa pesquisa, recorreremos aos relatos dos estudantes residentes, no intuito de compreendermos os desafios por eles enfrentados em sua permanência na universidade.

Assim como na política nacional de Assistência Estudantil (AE), no âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a AE tem sua trajetória marcada por reivindicações estudantis, com seu ápice no ano de 2004, por meio do autodenominado Movimento Rompendo Amarras (MRA). Segundo Santana (2014), esse movimento foi formado por discentes de diversos cursos que, no auge da reivindicação, deram início à ocupação – que duraria alguns anos – do prédio então inacabado onde, atualmente, encontra-se a TV da universidade.

Na primavera do dia 20 de setembro de 2004, cerca de 60 estudantes lotaram um ônibus, por volta das 6h da manhã, com o propósito comum de ocupar o prédio da UESB. Às 6:30h daquele dia, a “Resistência dos Residentes”, efetivamente, havia começado; a ocupação durou 04 anos (SANTANA, 2014). A ocupação, que passou a ser espaço de moradia de alguns estudantes da universidade, ganhou grande repercussão. Ainda de acordo com a autora, aquela ação estudantil tornou-se uma fonte de pressão para que a administração da universidade concluísse a obra do restaurante universitário e construção da moradia estudantil. Portanto, esta foi “[...] um mecanismo propulsor onde o movimento estudantil pode pautar a implantação de uma política de permanência estudantil na UESB” (SANTANA, 2014, p 7). Neste sentido, podemos afirmar que a AE da UESB, assim como a implementação de outras políticas públicas no Brasil, nasce a partir das pressões populares e das reivindicações da classe trabalhadora.

Transcorrido este percurso, a política de Assistência Estudantil se materializou na Universidade em estudo com o Programa de Assistência Estudantil (PRAE), aprovado em 17 de dezembro de 2008, por meio da Resolução do Conselho Universitário CONSU Nº 11/2008, assim como a foi implementada a Moradia Estudantil, vinculada à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX). Somente em 2018 inicia-se o processo de implantação de uma pró-reitoria específica de Acesso e Permanência, na qual, segundo projeto da gestão de então, pretendeu-se agregar setores que tratavam de questões de ações afirmativas, Núcleo de atendimento a pessoas com deficiência, além do Programa de Assistência Estudantil, em que está inserida a Moradia Estudantil.

Dentre os “benefícios” disponibilizados pelo PRAE, a Moradia Estudantil nos suscita algumas inquietações em relação à permanência na Universidade. Trata-se de um “benefício” disponível apenas aos discentes dos cursos de graduação que atendam aos critérios de renda e, preferencialmente, àqueles oriundos de outros Estados ou municípios situados a mais de 100 km de distância, com total de 23 vagas no ano de 2018.

A Moradia Estudantil da UESB tem previsão legal em resoluções, editais e portarias daquela universidade. Apresenta como marco normativo a Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 06, de 18 de setembro 2008, na qual aprova o Regimento da Moradia Estudantil, com previsão de funcionamento em ambiente físico com instalações destinadas ao serviço de cozinha, sala de visita, banheiros, dormitórios, com móveis e infraestrutura adequados à residência temporária de estudantes.

Isto posto, o presente estudo teve como objetivo identificar e analisar os impactos da Moradia Estudantil para a Permanência de estudantes universitários sob a perspectiva dos

próprios moradores. Nesta pesquisa, utilizou-se como foco de análise a Residência Universitária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* do município de Vitória da Conquista.

Além desta introdução, na qual contextualizamos o estudo, o texto apresenta outras seções. Na segunda seção, apresentamos os aspectos metodológicos, mais especificamente o método de análise, bem como os instrumentos utilizados para coleta de dados. Na terceira, expomos os Resultados e Discussões, evidenciando a perspectiva dos discentes residentes na Moradia Estudantil, acerca da Assistência Estudantil, da ME e da efetivação dos direitos previstos no PRAE.

## Aspectos metodológicos

Com base nos resultados de uma pesquisa mais ampla, que teve como objetivo analisar as condições de permanência na Educação Superior, este artigo discute os impactos da Moradia Estudantil na Permanência dos residentes. O presente estudo natureza é uma abordagem qualitativa e tem o Materialismo Histórico Dialético (MHD) como orientação teórico-metodológica. A adoção do MHD traz relevantes contribuições para a compreensão do fenômeno aqui estudado por conta da natureza contraditória da AE.

O estudo foi desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, com os seguintes participantes: 09 (nove) estudantes residentes na Moradia Estudantil da referida Universidade, tendo como marco temporal de referência o ano de 2018. Para seleção dos participantes, foram realizadas visitas à moradia estudantil, ocasião em que se reuniram os estudantes para explicitar os objetivos da pesquisa e agendar as entrevistas com aqueles que voluntariamente manifestaram interesse. Estas ocorreram individualmente, em sala que garantiu o sigilo, nas dependências da moradia e em outros espaços da Universidade, após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas em áudio com expressa autorização dos participantes. O estudo foi submetido ao Conselho de Ética da UESB, recebendo Parecer de aprovação do Comitê de Ética nº 2.757.721.

Para a garantia do sigilo a respeito da identidade dos participantes da pesquisa, optamos pela utilização de pseudônimos. A escolha se deu para resguardar o sigilo dos nomes dos residentes e, também, para homenagearmos alguns dos nomes marcantes nos principais momentos históricos do movimento estudantil (ME). A escolha dos nomes *Edson Luís de Lima Souto*, *Benedito Frazão Dutra*, *Aurora Maria Nascimento Furtado*, *José Guimarães*, *Maria*

*Augusta Thomaz, Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, Ísis Dias de Oliveira, Alexandre Vannucchi Leme e Lucas Eduardo Araújo Mota* levou-nos a resgatar as trajetórias de vida e de luta, o que demonstrou a importância de cada um(a) deles(as) no processo de resistências por inserção e permanência no ensino superior brasileiro.

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas - norteadas por um roteiro elaborado previamente. Para fins deste artigo, interessa destacar as seguintes categorias que foram elencadas: “Sentidos e significados da política de permanência estudantil e da moradia estudantil para os residentes” e “Moradia Estudantil e a efetivação dos direitos previstos no Programa de Assistência Estudantil”.

## **Resultados e discussão**

Os achados evidenciam impactos positivos e negativos da Moradia Estudantil com relação à permanência de estudantes. A partir dos sentidos e significados atribuídos pelos residentes, definimos duas categorias: “Sentidos e significados da política de permanência estudantil e da moradia estudantil para os residentes” e “Moradia Estudantil e a efetivação dos direitos previstos no Programa de Assistência Estudantil”. A seguir, discutiremos estas categorias, bem como os impactos da Moradia Estudantil para os estudantes na sua permanência a partir dos dados construídos sob uma reflexão alicerçada no Materialismo Histórico Dialético.

### **Sentidos e significados da política de assistência estudantil**

Conforme Dutra e Santos (2017, p. 161), ao longo da trajetória da AE foram construídas diversas concepções desta, partindo de distintas bases “[...] a depender do lugar/posição a partir do qual se era discutido”. As autoras destacam como alguns dos argumentos que circulam nos discursos construídos os seguintes pares de oposição: gasto x investimento; concessão (favor) x direito; universalidade x seletividade; recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade.

Uma visão ampliada acerca do significado de pobreza, como demonstra Sen (2000), ressalta que a ideia de estabelecer a pobreza por escassez de renda tem relativa coerência, uma vez que é inegável a sua influência sobre as possibilidades de um indivíduo, visto ser a fundamental causa das privações. Entretanto, “[...] existe um argumento igualmente bom para não terminar apenas com a análise de renda” (SEN, 2000, p. 92). Para o autor, deve-se desviar a atenção dos bens e considerar o que os bens podem fazer pelos seres humanos, desviar a

PERSPECTIVA DISCENTE SOBRE OS IMPACTOS DA MORADIA ESTUDANTIL PARA A  
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Marília do Amparo Alves Gomes • Ennia Débora Passos Braga Pires • Soane Santos Silva

atenção da renda para aquilo que se faz da renda e assim por diante. Desta forma, deve-se levar em consideração também outros aspectos:

É claro que o bem-estar de uma pessoa está conectado com o domínio que ela tem sobre bens econômicos tradicionais. Mas as oportunidades que ela tem (em termos de escolhas que pode fazer e realizações) em sua vida não são limitadas apenas por seu conjunto orçamentário e outros fatores de riqueza ou renda. Existem circunstâncias individuais (tais como idade, talentos e deficiências, propensão a doenças, sexo) e sociais (tais como a estrutura da família, disponibilidade de uma rede de segurança previdenciária, condições epidemiológicas, extensão da poluição, incidência de crimes) cujas variações afetam substancialmente a conversão em características de bens e serviços em atividades e estados pessoais e em oportunidades que uma pessoa dispõe para realizar coisas que considera valiosas (SEN, 2001, p. 15).

O reducionismo relacionado apenas a questões econômicas é comum quando se trata da AE, já que as universidades estaduais têm como referência a política nacional de Assistência Estudantil, baseada no PNAES. Podemos observar isso, de forma patente, no público atendido do PNAES, definido a partir dos estudos elaborados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) com levantamento de indicadores que permitiram traçar o perfil socioeconômico dos estudantes das instituições federais de Ensino Superior, destacando a desigualdade social entre eles.

Segundo consta no relatório da primeira pesquisa do FONAPRACE, a AE deve ser voltada àqueles estudantes que não tem atendidas as necessidades materiais, culturais e de serviços. Assim, definiu que “[...] as categorias C, D e E formam a demanda por programas de assistência ao estudante” (FONAPRACE, 1997).

No Quadro 1, adiante, observam-se as diferentes visões acerca da Política de AE.

**Quadro 1** - Perspectivas dos residentes sobre Assistência Estudantil

ENTREVISTADO	SENTIDOS/SIGNIFICADOS - AE
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão	“É extremamente importante para a permanência durante todo o curso”
Aurora Maria Nascimento Furtado	“É dar subsídios para que o indivíduo permaneça na universidade, mais do que tudo é um direito”
Alexandre Vannucchi Leme	“É a política que vai tratar das pessoas com necessidade de permanência”
Ísis Dias de Oliveira	“É um suporte para eu me manter na UESB”
Maria Augusta Thomaz	“É para aqueles alunos que não têm condições de permanecer na universidade”
Benedito Frazão Dutra	“Eu venho de uma família muito humilde, morei em um lugar bem precário, então para mim hoje a assistência é ótima”

PERSPECTIVA DISCENTE SOBRE OS IMPACTOS DA MORADIA ESTUDANTIL PARA A  
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Marília do Amparo Alves Gomes • Ennia Débora Passos Braga Pires • Soane Santos Silva

José Guimarães	“Nós, residentes, saímos muito caro pra Universidade”
Lucas Eduardo Araújo Mota	“Acho que a residência é a maior forma de assistência para mim”
Edson Luís de Lima Souto	“A assistência estudantil se materializa como um muro, a fim de bloquear ou travar a entrada de muitas pessoas, tendo em vista o orçamento”

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

No Quadro 1, é possível observar que Aurora Maria Nascimento Furtado e Benedito Frazão Dutra enfatizam a contradição *concessão (favor) x direito*<sup>1</sup>, uma vez que, apesar da estudante destacar a AE como um direito, o segundo destaca que, por ter sua trajetória marcada por tanta precariedade, a AE “é ótima” - portanto, percebe-se uma ideia de favor. Neste sentido, nota-se a concepção da AE como bem-estar.

Esta concepção não leva em conta a amplitude do direito à Educação Superior e a AE, que segundo informações do Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior (ANDES), compreende “[...] não só a ausência de taxas ou mensalidades, mas a garantia de reais condições de estudo, através de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia, disponibilidade de material de estudo” (ANDES, 1996, p. 29).

Do mesmo modo, o relato de José Guimarães expressa o minimalismo presente nas políticas públicas, evidenciando a contradição *gasto x investimento*, ou seja, o Estado oferece o mínimo, numa trajetória de muitas lutas e embates dos estudantes, garante o direito à vaga, mas não é acompanhada de nenhum outro tipo de auxílio, pois, segundo a Resolução 011/2008, “[...] é vedado o acúmulo de ‘benefícios’ no âmbito do PRAE” (UESB, 2008, p.2). Percebe-se, ainda, a invisibilização da trajetória de luta pela Moradia Estudantil da UESB, ou seja, mesmo residindo na Moradia atualmente, na fala de José Guimarães não fica evidente a consciência do processo político que deu origem a essa política.

O citado residente considera a “concessão” da vaga um investimento que “sai muito caro para a universidade”, não percebe que a vaga constitui um direito. Demonstra, desse modo, a visão reduzida acerca da política como assistencialista, não atentando para aspectos mais amplos da conjuntura neoliberal. Ao contrário, reproduz o discurso do estado mínimo para as políticas sociais.

---

<sup>1</sup> A discussão da Assistência Estudantil a partir do binômio “direito X favor” tem a ver com o questionamento sobre o público-alvo destinatário desta política. Neste sentido, Nascimento e Arcoverde (2012); e Leite (2012) criticam o caráter residual e seletivo da AE, apresentando a necessidade da ampliação do conceito da Assistência Estudantil como um direito garantido a todo estudante, e não reduzir seu alcance para um determinado grupo, que atende aos critérios de pobreza.

Desde os anos 1990 mudanças pontuais foram sendo implementadas a conta-gotas nas universidades públicas, sem que sua percepção tenha-se dado de imediato: a extinção de Colégios de Aplicação (CAP) em vários estados, o fechamento dos Restaurantes Universitários (‘bandeijões’) em diversas universidades, a diminuição paulatina de bolsas de Iniciação Científica, a não-expansão do número de alojamentos (e o rebaixamento do nível dos existentes), a redução de funcionários e docentes, o empobrecimento e a não manutenção das bibliotecas e laboratórios são apenas algumas delas (LEITE, 2012, p. 464).

Ainda, conforme Leite (2012), é necessário perceber que uma política de assistência ao estudante não pode apenas criar e executar mecanismos para a população de baixa renda. A autora explica que essas políticas devem também se preocupar com princípios de atendimento universal.

Por conseguinte, quando se trata dos recursos destinados às políticas públicas, no contexto neoliberal, tais recursos são vistos como gastos desnecessários, seguindo uma lógica dos organismos multilaterais que influenciam diretamente na concepção das políticas públicas educacionais. Netto (2012, p. 428) nos chama atenção para o “[...] espantoso minimalismo frente a uma questão social maximizada”, marca evidente do ideário neoliberal.

Os pares de oposição *universalidade x seletividade e recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade* também aparecem nesta análise, na medida em que, conforme afirmamos anteriormente, o PRAE tem a renda como critério balizador e definidor do público atendido pelo programa. Quatro residentes entrevistados também evidenciam essa lógica ao resumir a AE a contribuições aos estudantes de baixa renda.

No entanto, Edson Luís de Lima Souto chama-nos atenção ao comparar a AE com um “muro, a fim de bloquear ou travar a entrada de muitas pessoas, tendo em vista o orçamento” (Quadro 1). Assim, remete-nos à discussão sobre a implementação de políticas sociais, aborda questões importantes como a burocracia no acesso a direitos e a redução do papel do Estado na ofensiva neoliberal.

Deste modo, questiona a base excludente do sistema capitalista reproduzida nas políticas públicas. Para Leite (2012), conforme citação abaixo, essa ofensiva se intensifica na política de educação, a partir do redesenho do sistema educacional brasileiro, especialmente a Educação Superior, na qual pode-se resolver alguns possíveis entraves:

1) modela a política educacional às exigências requisitadas pelo mercado; 2) transforma as universidades em um grande ‘negócio global’; 3) institui novos modelos de profissionais direcionados para o mercado de trabalho atual, posto que captura a subjetividade do futuro trabalhador desde a sua formação; e 4) imobiliza possíveis resistências ao *status quo*, na medida em que retira a crítica e a reflexão do processo educativo (LEITE, 2012, p. 460).

Percebemos que a compreensão dos residentes sobre a AE, por estarem imersos em uma política pública com traços do ideário neoliberal, transparece também a lógica da política focal que atua com determinado objetivo restrito, sem levar em conta questões mais amplas. Neste sentido, concordamos com Santiago (2014) ao se posicionar contrário à lógica da Assistência Estudantil concebida como política focalizada que se coaduna aos acordos internacionais ditados pelos organismos financeiros multilaterais, com destaque para Banco Mundial.

### **A moradia estudantil e a efetivação dos direitos previstos no programa de assistência estudantil**

A Assistência Estudantil do PRAE não se materializa como uma política que garante permanência no Ensino Superior. Percebe-se que há contradições. Isto é, ao mesmo tempo que o estudante possui uma oportunidade de apoio da Universidade através da Residência Universitária, não são ofertadas condições de permanência para que o estudante consiga se manter e concluir, com qualidade, seu curso de graduação.

Na moradia estudantil o residente tem disponível, além da estrutura física para morar, o acesso à água, luz, internet sem custos, além de ter reduzida despesa com alimentação, pois recebe *ticket* que oferece desconto no Restaurante Universitário, pagando R\$ 1,00 na refeição. O PRAE também fornece cestas básicas para os residentes e cota de 100 xerox ou impressões mensais. Outro fator importante é a redução de gastos com transporte, já que a moradia estudantil está situada dentro da Universidade.

Contudo, a Moradia, como um dos auxílios da AE, apresenta-se como um espaço de muitos desafios para os que nela habitam, haja vista que enquanto nas legislações há previsão de garantia de permanência, na prática nem todos os direitos previstos são efetivados de fato, mantendo-se uma dissonância entre aparência e essência, conforme revelam os relatos dos residentes, no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2** - Dificuldades e desafios enfrentados pelos residentes

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>DIFICULDADES E DESAFIOS</b>
Gastone Lúvia de Carvalho Beltrão	“Diversas situações como barulho que impossibilita de dormir, de estudar, de ficar em paz comigo mesma. falta de privacidade”.
Aurora Maria Nascimento Furtado	“Não respondendo às necessidades que uma moradia, sala de convivência é colada na sala de estudos, a cozinha não tem estrutura, é bem apertada”.
Alexandre Vannuchi Leme	“O espaço e estrutura física não é adaptado, o transporte é uma dificuldade aos finais de semana, não vem transporte na porta”.

PERSPECTIVA DISCENTE SOBRE OS IMPACTOS DA MORADIA ESTUDANTIL PARA A  
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Marília do Amparo Alves Gomes • Ennia Débora Passos Braga Pires • Soane Santos Silva

Isis Dias de Oliveira	“Dificuldades acadêmicas devido preconceitos dentro da universidade”.
Maria Augusta Thomaz	“Dificuldades acadêmicas, minha base é precária, luto para se manter regular”.
Benedito Frazão Dutra	“Pouca divulgação da AE, a questão da residência, tem muita gente que precisa, tem obra começou, se eu não me enano há seis anos e está lá parada”.
José Guimarães	“Aqui a entrada é pela cozinha, a nossa sala é um fundo de um corredor. A sala de estudos é uma dispensa onde você coloca os materiais de limpeza. Você divide os quartos com cinco pessoas. Acho que uma residência com quarto individual não atenderia a mesma quantidade de pessoas, mas atenderia melhor”.
Lucas Eduardo Araújo Mota	“A quantidade de beliches é maior do que a quantidade de guarda roupas. Aí, do que adianta colocar mais gente e menos guarda roupa, vai ficar desproporcional. Outra questão é a falta de transporte, principalmente aos finais de semana”.
Edson Luis de Lima Souto	“Como parâmetro a outras residências, não é uma estrutura não foi pensada para ser uma residência. É um “cala boca”, não tem estrutura física. A gente recebe suporte, mas a estrutura deixa a desejar”.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras (2018).

Os estudantes enfrentam inúmeras dificuldades até a conclusão de seus cursos. O Quadro 2 evidencia que, dentre as dificuldades de permanência enfrentadas pelos residentes, aquela mais frequente está relacionada à estrutura física da Moradia Estudantil. Conforme mencionamos, a Moradia Estudantil se efetiva na UESB como fruto de pressão popular do ME. No entanto, a gestão da Universidade regulamenta por meio da Resolução CONSU 06/2008 o pleito dos discentes, mas a moradia é entregue com adaptações que se distanciam do projeto inicial, que contemplava três módulos: um dormitório masculino, um dormitório feminino e um módulo com as áreas de convivência, como sala de TV, cozinha, lavatório. Foi entregue apenas um dos módulos destinado a dormitório e acrescentadas à obra a cozinha e a área de convivência.

Enquanto na citada Resolução, em seu artigo 2º, está previsto que a moradia “[...] deve funcionar em ambiente físico dotado de instalações destinadas ao serviço de cozinha, sala de visita, banheiros, dormitórios, com móveis e infraestrutura adequados à Residência temporária” (UESB, 2008, p. 2), na prática o imóvel foi entregue em 2008 sem a infraestrutura necessária e assim permanece atualmente.

É possível perceber fortes traços do ideário neoliberal, especificamente a ideia de Estado mínimo nas políticas públicas, pois, ao mesmo tempo em que o Regimento detalha como devem ser as instalações e ambiente físico da Moradia, não prevê os espaços para garantia do direito a Lazer; prevê que a Moradia Estudantil deve ser um local para Residência e estudo, mas não

atenta para aspectos importantes visando à permanência, como vivências com a comunidade, lazer, recebimento de visitas e de familiares.

Como foi possível observar, os estudantes revelam dificuldades em relação à estrutura física da casa, falta de espaços adequados para estudo, sala de TV próxima à sala de estudos, cozinha pequena. Tais problemas têm explicação no fato da atual moradia estudantil não ter sido concluída conforme projeto inicial.

Nota-se, desta forma, como se dão os projetos em disputa na sociedade, pois estes estudantes são filhos da classe trabalhadora, e por meio do ME resistem e lutam para que a Universidade seja um espaço democrático. Nesse sentido, Trindade (2014, p. 233) assevera que

a educação é um espaço de disputa, que comporta projetos não apenas diferentes, e sim antagônicos do ponto de vista da função e horizonte defendidos para os sujeitos e sociedade. Assim, a disputa pelo projeto de educação e, como expressão imediata, a forma como são conduzidas as políticas educacionais está galvanizada pela luta de classes sociais radicalmente diferentes, que se confrontam para defender seus interesses de manutenção ou ruptura do que está posto.

Sendo assim, percebemos que, mesmo com luta e resistências, por diversos motivos, o projeto da classe estudantil de uma política efetiva de permanência não se concretiza de fato.

### **Impactos da moradia estudantil na permanência**

Os residentes são unânimes ao descreverem a AE, especificamente a Moradia Estudantil, como relevante para a permanência na UESB e reconhecem que ocorreram melhorias na Política de Assistência Estudantil. Percebe-se, desse modo, que apesar de todas as dificuldades mencionadas a Moradia Estudantil da UESB contribui para permanência na Universidade, como podemos constatar no Quadro 3, seguinte, de acordo com a perspectiva dos residentes.

**Quadro 3-** Contribuições da Moradia Estudantil para a permanência dos residentes

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>PRAE/MORADIA</b>
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão	“A residência por ser do lado da universidade já permite redução com gastos com transporte alimentação com cesta básica, com aluguel, porém tem limitações”.
Aurora Maria Nascimento Furtado	“Se não fosse a morada eu voltaria para minha cidade, ia trabalhar ou faria outro curso lá. A residência ela é importante, eu cresci muito lá”.
Alexandre Vannuchi Leme	“Com a Residência foi melhor, estar dentro da UESB, fica perto de tudo”.
Isis Dias de Oliveira	“A residência dá suporte para o estudante se manter dentro da Universidade com um lugar fixo para morar”.

PERSPECTIVA DISCENTE SOBRE OS IMPACTOS DA MORADIA ESTUDANTIL PARA A  
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Marília do Amparo Alves Gomes • Ennia Débora Passos Braga Pires • Soane Santos Silva

Maria Augusta Thomaz	“Com renda baixa, eu pagava aluguel, minha mãe me ajudava, aqui na residência eu só me preocupo com comida, facilita demais a vida da gente o que faz com que eu permaneça no curso ou teria desistido”.
Benedito Frazão Dutra	“Os impactos foram muitos, tanto na questão financeira quanto na questão de desempenho no curso”.
José Guimarães	“Não pagava luz e nem aluguel, isso já tira o quê, 60% das suas preocupações. Você conhece pessoas, faz amigos, por exemplo”.
Lucas Eduardo Araújo Mota	“Sem o PRAE, seria difícil, ou teria que desistir ou ter que arrumar um emprego da tarde para a noite”.
Edson Luis de Lima Souto	“Antes era um alojamento, só deveria para deixar pessoas ali jogadas. Com o passar do tempo vi uma maior inserção do Prae lá”.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Estes estudantes oriundos de diversos contextos sociais, diversos municípios, enfrentaram dificuldades socioeconômicas desde a educação básica, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, passando também por outras dificuldades para ingressarem no ensino superior. E, ao se tornarem habilitados ao Programa de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), passam a ter alguns direitos previstos na legislação garantidos, sendo a Moradia Estudantil um dos mais importantes, conforme relatos no Quadro 3.

Os residentes revelam o significado da Moradia Estudantil como responsável por suas permanências na UESB. Aurora, por exemplo, destaca que a moradia significa a permanência, pois, sem ela, teria que abrir mão da graduação escolhida; iria trabalhar em sua cidade de origem ou cursar outra graduação em localidade mais próxima. Isso demonstra o quanto a referida política contribui para conclusão do Curso.

Isso demonstra as dificuldades vivenciadas pelos estudantes oriundos de camadas populares que tiveram acesso à Universidade a partir das políticas de “massificação do Ensino Superior” e que, cotidianamente, enfrentam entraves à continuidade. Em consonância com essa questão, o argumento utilizado por Almeida *et al* (2012) e Zago (2006) afirma que, quanto à massificação do ensino superior, observa-se a desigualdade no acesso, haja vista que para a maioria dos estudantes não significa uma escolha, ocorre uma adaptação à realidade, para essa suposta escolha leva em conta o menor risco de exclusão.

Ainda assim, mesmo quando os estudantes estão no curso escolhido, a depender das condições, é possível que haja evasão e/ou escolha de outra graduação, levando em conta mais as condições de permanência e menos a afinidade com o curso. Neste sentido, o acesso por si só não é o suficiente, mas as condições de permanência são fundamentais para se ter a real inclusão dos segmentos historicamente excluídos do ensino superior.

Dessa forma, Sguissardi (2015) propõe como necessária a luta por políticas de caráter universal que combatam a desigualdade social, mas também pelas políticas focais que garantam avanços na democratização do ES e da permanência até a conclusão dos estudos. O referido autor ressalta, ainda, que tal luta deve principiar na definição de prioridades, com adequado diagnóstico da área, como parte de um Plano Nacional de Graduação ou algo equivalente. Em consonância com Santiago (2014), Sposati (2010, p.23), por sua vez, afirma que:

Ao contrário de caminhar na direção da consolidação de direitos, a modalidade que irá conformar as políticas sociais brasileiras será primordialmente o caráter assistencial. Com isto o desenho das políticas sociais brasileiras deixa longe os critérios de uniformização, universalização e unificação em que se pautam. [...] Em contraposição à universalização utilizarão, sim, mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais.

Percebemos, então, o caráter de antagonismo de classe, uma vez que nos leva a refletir e entender o caráter das políticas educacionais na sociedade capitalista, com suas contradições e disputas entre projetos de classes. A instituição da Educação Superior no Brasil se deu com a junção de diversos interesses e, ao longo do tempo, buscou atender aos interesses da burguesia. No entanto, os movimentos sociais, especialmente o movimento estudantil, pautaram suas lutas no acesso e na permanência de grupos historicamente excluídos do espaço da Universidade.

Netto (2011) nos lembra que a educação pode ser funcional ao modelo econômico da autocracia burguesa. Sendo assim, ela está intimamente condicionada às estruturas dominantes da sociedade, pensada para adequar, da maneira mais propícia, os sujeitos. Todavia, devemos reconhecer que há também um movimento dialético que movimenta a história, apresentando para todos a possibilidade de superação do modelo de educação voltado “[...] mais para a adaptação, para a alienação e para o conformismo do aluno ao meio do que para desmistificar, para questionar as condições de vida e do modo de produção capitalista” (ORSO, 2007, p. 51).

Por isso, pensarmos acerca dos residentes e o impacto do PRAE na sua permanência nos leva a duas reflexões: de um lado o reconhecimento da importância do Programa para este público, do outro o reconhecimento da Universidade como um espaço de luta de classes, já que não podemos concebê-la fora da (super)estrutura da sociedade, imersa no modo de produção capitalista.

Na UESB, conforme mencionado, para ingresso na moradia estudantil é avaliada a situação socioeconômica dos estudantes. Desse modo, para traçarmos um perfil dos residentes, precisamos ressaltar que todos são habilitados ao PRAE, portanto, atendem aos critérios

estabelecidos na Resolução 011/2008 como renda de até 01 salário mínimo *per capita* familiar e também ao estabelecido na Resolução 06/2008 que prevê:

A admissão de alunos como integrantes da Residência Universitária será feita mediante processo seletivo específico, baseado em critérios socioeconômicos, realizado anualmente pelo Conselho Deliberativo com suporte da PROEX, respeitado o número de vagas da Residência Universitária e observados os seguintes parâmetros: I. situação socioeconômica do aluno e de seu grupo familiar mediante comprovação; II. não possuir pais e/ou responsáveis na cidade em que localiza o curso que efetivamente esteja matriculado e frequentando (UESB, 2008, p. 5).

A vulnerabilidade social dos estudantes é constatada mediante o conjunto de vários fatores que vão além da questão de renda *per capita* familiar. No entanto, percebemos que dois critérios importantes são exigidos: situação socioeconômica familiar e o fato da família residir em localidade diferente daquela na qual está localizada a Universidade, portanto trata-se de um público específico. O acesso e a permanência das camadas populares no Ensino Superior constituem-se problemas complexos no Brasil, pois estão associados à imensa desigualdade na distribuição de renda e às grandes carências na política de educação.

Assim, concluímos, portanto, que a Moradia Estudantil tem impacto positivo na permanência dos residentes, pois constitui a forma mais concreta de Assistência Estudantil. Como eles mencionam, sem a vaga na Moradia, os estudantes possivelmente desistiriam dos seus cursos.

## Considerações finais

Nesta investigação, analisamos o impacto da Moradia Estudantil na permanência de estudantes no ensino superior pela perspectiva dos próprios residentes. Fizemos um percurso metodológico fundamentado no materialismo histórico-dialético. Dessa forma, foi possível compreender a contradição, a totalidade e a luta de classes que permeiam a Assistência Estudantil e a sua particularidade no *campus* da UESB. A partir da materialidade posta em movimento na pesquisa, identificamos que o PRAE possui caráter focalizado e minimalista, uma vez que não atende às demandas de todos estudantes da universidade, nem oferece atendimento integral as necessidades qualitativas dos estudantes assistidos. Além disso, restringe suas ações ao público denominado “discentes em situação de vulnerabilidade”, reduzida à falta de renda.

Contudo, enfatiza-se a relevância da política de Assistência Estudantil e especificamente da Moradia Estudantil como alternativa aos estudantes em situação de

vulnerabilidade social, tendo em vista que no Brasil as desigualdades de classe impossibilitam que o estudante de baixa renda tenha as mesmas oportunidades que os demais.

A análise efetuada com base nos dados do estudo proposto demonstrou que a partir da inserção na Moradia Estudantil os estudantes residentes puderam suprir as necessidades de alimentação e transporte, além de estarem em boa localização para o acesso à biblioteca e outros serviços da Universidade e que a Moradia Estudantil aparece como principal “benefício” da AE, sem a qual ocorreria evasão dos estudantes.

Os estudantes demonstraram que são oriundos de contextos social e economicamente precários em que convivem com questões sociais complexas, a exemplo de: baixa renda, dificuldades acadêmicas devido à origem escolar, desemprego, falta de acesso aos meios básicos de sobrevivência, deficiência, dentre outros. Para os participantes da pesquisa, a política de Assistência Estudantil configura-se como um alicerce relevante para a permanência na graduação.

A compreensão dos residentes sobre a AE é de atendimento às necessidades básicas, mas com a necessidade de melhorias. O impacto positivo na permanência ocorre com a “concessão” da vaga na Moradia, bem como os serviços de internet, baixo custo com alimentação, fornecimento de cesta básica e os demais serviços do PRAE. Mas há a necessidade de maior investimento em infraestrutura e ampliação dos espaços de decisão para participação estudantil.

A discussão sobre Assistência Estudantil ainda necessita ser explorada em diferentes eixos, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica. Tanto os objetivos quanto a operacionalização do Programa necessitam ser amplamente analisados para que, dessa forma, se garanta o direito de muito mais estudantes.

Diante das expectativas pretendidas com o estudo, destaca-se a importância de se avaliar as possibilidades de universalização da AE da UESB, com ações ampliadas a todos os discentes inscritos no Programa; possibilitar recebimento cumulativo de bolsa-auxílio e vaga na moradia estudantil; promover ampliação da participação estudantil nas instâncias de decisões da AE; e ampliação e melhorias na estrutura física da moradia estudantil.

## Referências

- ALMEIDA, Leandro *et al.* Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 17, n. 3, 2012.
- ANDES. **Proposta do ANDES/SN para a Universidade Brasileira**. São Paulo, jun. 1996.
- DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017.
- FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. **Primeira pesquisa do perfil social, cultural e econômico dos estudantes das IFES**. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.
- LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.
- NASCIMENTO, Clara Martins; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. **FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação ANDIFES. UFU: PROEX, 2012. p. 167-79.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. Crisis of the capital and consequences for the society. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 413-429, 2012.
- ORSO, Paulino José. A criação da universidade e o projeto burguês de educação no Brasil *In*: ORSO, Paulino José (org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 43-62.
- SANTANA, Alexandrina Mendes. **Residência, Resistência – Luta pela implantação de uma política de permanência estudantil universitária na Uesb-2004-2008**. 2014. 38f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.
- SANTIAGO, Salomão. Nunes. **A política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1339435](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1339435). Acesso em: 05 out. 2017.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV57q5gHBRkDSLrGXr/?lang=pt#>. Acesso em: 08 jan. 2020.
- SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- TRINDADE, Hiago. Educação luta de classes e políticas educacionais no contexto da contrarreforma: notas sobre a UERN. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 2, p. 228-248. 2014
- UESB. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Conselho Superior (CONSU). **Resolução nº 011 de 17 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o estabelecimento do Programa

de Assistência Estudantil no âmbito da UESB e dá outras providências. Vitória da Conquista: UESB/CONSU, 2008.

ZAGO, Nadir. Del acceso a la permanencia en la enseñanza superior: trayectos de estudiantes universitarios de clases sociales populares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

### **SOBRE AS AUTORAS**

Marília do Amparo Alves Gomes. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEd/UESB; Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE e Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas para a Educação Superior - GEPPS. Contribuição de autoria: curadoria de dados, conceituação, análise formal, investigação, redação do rascunho original, revisão do texto final Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7614322814249>

Ennia Débora Passos Braga Pires. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEd da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Líder do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE). Contribuição de autoria: análise dos dados, redação e revisão do texto final Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3730763511772600>

Soane Santos Silva. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Programa de Pós Graduação em Educação PPGEd/UESB; Docente da Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga – BA; Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE. Contribuição de autoria: análise dos dados, redação e revisão do texto final Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6435277194616735>

### **Como citar este artigo**

GOMES, Marília do Amparo Alves; PIRES, Ennia Débora Passos Braga; SILVA, Soane Santos;. Perspectiva discente sobre os impactos da moradia estudantil para a permanência na universidade. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 01, e11350, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v1.11350>